

Exmos.(as) Senhores (as),

No seguimento das questões apresentadas e com a resposta da DGEG (segue em anexo) foi solicitada mais uma vez a intervenção da Provedoria de Justiça com o intuito de encontrar as melhores soluções.

Os principais objetivos:

1. Cancelamento de entrega de declaração do balanceamento de potências a pedido do ORD.
2. Criar a obrigatoriedade da apresentação do balanceamento de potências em sede de projeto para as instalações elétricas coletivas (colunas montantes).
3. Os Termos de Responsabilidade por Execução (TRE) emitidos por Engenheiros Eletrotécnicos/Projetista incluir a obrigação da subscrição do Técnicos Responsáveis, Execução ao Nível 2–BT(IU), abreviatura (TREN2-BT).
4. Obrigatoriedade junto do ORD da apresentação do TRE emitido pelo TREN2-BT para situações de remodelação com a subscrição da administração do prédio e para o início/reinício de atividade do espaço comercial ou industrial.
5. Inspeção (EIIEEL) obrigatória para todas as instalações elétricas de serviço particular independentemente da potência contratada.
6. Obrigatoriedade para a EIIEEL solicitar junto do seu cliente a presença do TREN2-BT para todas as situações que impliquem relatórios, auditorias ou inspeções elétricas.
7. Incluir nos formulários da Ficha Eletrotécnicas (FE) e nos TRE um ponto de informação destinada ao requerente, com informação relativa à entidade ou entidades que o auxiliem no cumprimento dos deveres dos Técnicos Responsáveis (TR).
8. Incluir nas formações dos TR a obrigatoriedade da informação da entidade de peritagem para os casos de conflito da aplicação do DL 96/2017 e outros.

As minhas perguntas em itálico preto, as respostas da DGEG em azul, a preto normal e identificada de forma numérica e sequencial, a minha opinião à resposta da DGEG e solicitação de intervenção do Provedor de Justiça.

4.1 Pergunto, em que documento se pode consultar as bases ou causas da exigência da declaração solicitada que é exatamente o Balanceamento de Potências da Coluna Montante no momento de uma alteração do sistema de entrada trifásico para monofásico?

Sobre a responsabilidade: O Decreto-Lei n.º 96/2017, na sua redação atual, define de forma clara quais são as instalações elétricas que devem ter projeto. O Técnico responsável (Lei 14/2015) assume a responsabilidade pelo projeto (ex: da coluna montante da edificação, ou outra infraestrutura elétrica por ele projetada), assinando o termo de responsabilidade pelo projeto. A execução das infraestruturas elétricas, como por exemplo a coluna montante, é realizada por um TR pela execução (Lei 14/2015) ou por uma Entidade Instaladora (EI), conforme aplicável, nos termos do mesmo decreto-lei. Esse TR ou EI assume a responsabilidade pela execução, assinando o termo de responsabilidade pela execução ou declaração de conformidade, respetivamente. Refere o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, na sua redação atual, que “Quando, nos termos dos artigos 5.º ou 6.º, não seja exigível projeto a instalação elétrica é executada por EI ou por técnico responsável pela execução a título individual, de acordo com as regras técnicas, regulamentares e de segurança aplicáveis.”. Ao operador de rede compete estabelecer as condições de ligação à rede de serviço publico (RESP), e ligar as instalações de serviço particular (n.º 2, art.º 4.º DL n.º 96/2017).

4.1.2. Incompreensivelmente a DGEG não responde limita-se a transpor o Decreto-Lei n.º 96/2017.

Responder com um Decreto Lei sem que nenhuma entidade representativa dos Técnicos Responsáveis, Execução ao Nível 2–BT(IU)=(TREN2-BT), fosse ouvida ou consultada é claramente uma falta de sensibilidade e incompreensão atendendo à forma como foi aplicado.

Pergunto, não estaremos perante uma atitude com pressupostos de inconstitucionalidade praticada pela DGEG que tem a obrigação de promover e fomentar igualdade de direitos como está exposto no DL 96/2017, art.º 20?

Continuação...

“Sobre o balanço de potências: Assim, a alteração numa determinada instalação elétrica de um sistema trifásico para um sistema monofásico pode ser realizada por um TR ou uma EI. O balanço de potências e distribuição de cargas pelas várias fases deve ser feito em conformidade com o dimensionado em projeto (ver 801.1.1.3.3, da Portaria 949-A/2006). O balanço de potências deve estar no projeto, caso exigido, não sendo esse o propósito da ficha eletrotécnica, que é sucintamente, disponibilizar as características elétricas principais, do imóvel para definição de condições de ligação à rede pelo ORD.”

Relembro o seguinte: anteriormente com preenchimento da Ficha Eletrotécnica (FE) e Termo de Responsabilidade (TR) o Técnico Responsável, Execução ao Nível 2-BT(TREN2-BT) podia executar e tinha a responsabilidade da execução de instalações elétricas até 50kVA sem a necessidade obrigatória de projeto.

Mais, quando o assunto era “colocar em funcionamento/em carga” a coluna montante existia a obrigatoriedade de inspeção pela Entidade Inspetora de Instalações Elétricas de serviço particular (EIIEI) existente.

4.1.3. No seguimento do exposto, pergunto, porque foi retirado ao TREN2-BT a possibilidade de efetuar este tipo de execução sem a obrigação de apresentação de projeto se existia a obrigatoriedade de uma inspeção?

4.1.4. Se o “argumento” para aplicação do Decreto Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto (DL 96/2017) foi por ausência de segurança, como justifica a DGEG - a falta da obrigatoriedade da apresentação em projeto descrição da atribuição pormenorizada das fases na coluna montante?

4.1.5. Quando a DGEG afirma “O balanço de potências deve estar no projeto, caso exigido,...” pergunto, quem é a “figura” que solicita o “exigido”? Será que é o ORD?

4.1.6. Invocando o DL 96/2017, Art.º 2, alinha j, é claramente provado a incapacidade/incumprimento da DGEG, deste Artigo, porque se continua a não obrigatoriedade da apresentação do balanço de potências em projeto.

Pergunto, como se pode alegar que a retirada de intervenção dos TREN2-BT na execução de instalações elétricas sem obrigatoriedade de projeto até 50kVA foi devido à aparente falta de segurança se a insegurança continua?

4.1.7. Dá a sensação que estamos perante uma “atitude” que veio favorecer “alguns amigos”, pergunto, onde está definido pormenorizadamente os pressupostos que a DGEG se baseou, para retirar de forma incompreensível aos TREN2-BT, o que o DL 96/2017 retirou sem a obrigatoriedade da apresentação de fundamentos em como não estaria de forma involuntária a subestimar atuação de técnicos especializados?

4.1.8. O TREN2-BT é um técnico especializado e no seguimento das diretivas europeias Portugal está bastante carenciado. A DGEG, dentro do âmbito de atividades que eram atribuídas aos TREN2-BT com potência até 50kVA, não promoveu atitudes de igualdade e respeito pela responsabilidade atribuída até antes aos TREN2-BT. Em tempo de transição para aplicação do DL 96/2017, não possibilitou através de ações de formação devida a possibilidade de concorrer com os engenheiros (como está descrito no DL 96/2017, Art.º 20).

Mais, a DGEG com aplicação do DL 96/2017 permite que exista concorrência desleal no sentido que permite ao projetista a emissão da Ficha Eletrotécnica(FE) e também possa emitir Termos de Responsabilidade pela Execução de Instalações Elétricas de Serviço Particular para efeitos de Realização de Obra (TRE), porque com este procedimento e sem executar ou acompanhar devidamente a execução da instalação elétrica, o projetista possibilita o seguinte:

- se o projetista não executa, não acompanha a obra e não verifica o cumprimento das RTIEBT, não está agir de forma no sentido do Termo de responsabilidade – incumprimento que atualmente está impune.
- permite que instalações elétricas sejam executadas de forma irregular violando o DL 96/2017; DL 14/2015; Constituição Portuguesa e obviamente concorrência desleal em todos os sentidos – incumprimento atualmente sem punidade.

As EIIEEL perante situações claras supra referenciadas deveriam solicitar imediatamente os serviços da Unidade Controle Prevenção (UPC)-ponto 26, e esta entidade com provas concretas deveria penalizar os TR responsáveis pelo incumprimento das normas de segurança de pessoas e bens.

Se a DGEG tem como objetivo o cumprimento das RTIEBT em todas as instalações elétricas deveria implementar a subscrição de um TRE por um TREN2-BT sempre que um TRE fosse emitido por projetistas.

Mais, a Declaração de Conformidade de Execução ou TRE e a obrigatoriedade da presença do TREN2-BT no ato da inspeção ou ligação à rede - a provar a realidade dos fatos.

4.1.9. O cidadão imediatamente após obtenção de estatuto de TREN2-BT não deveria ter o projetista como concorrência no cumprimento da execução das RTIEBT, porque o oposto, lamentavelmente, não está regulamentado. O TREN2-BT após conclusão da sua devida formação, em conformidade com RTIEBT e a Lei 14/2015, não pode encontrar como concorrente o TRE do projetista que não executa e muito menos deve encontrar “eletropredreiros” a executar instalações elétricas – isto é simplex.

Mais, é dever da DGEG, de acordo com o DL 96/2017, informar devidamente e obrigar que nas formações exista a divulgação devida dos meios de proteção que proteja os TREN2-BT, porque são técnicos especializados e cidadãos.

E como está provado, nos vários pontos expostos, que estamos perante ausência de constitucionalidade quando os cidadãos devem ter os mesmos direitos, pergunto, para a DGEG, os TREN2-BT não são cidadãos e ter os mesmos direitos de proteção?

4.1.10. “O balanço de potências deve estar no projeto, caso exigido, não sendo esse o propósito da ficha eletrotécnica, que é sucintamente, disponibilizar as características elétricas principais, do imóvel para definição de condições de ligação à rede pelo ORD.”

Este tipo de resposta que atira por terra claramente o argumento da obrigação de apresentação de projeto de eletricidade por razões de segurança.

Dá a sensação que o balanceamento de potências “paíra” num terreno de ninguém e todos acham que deveria existir. Se a atual obrigatoriedade do ORD de solicitar a “declaração” para a execução do balanceamento de potências está bem fundamentada(onde?), pergunto, não carrega este procedimento um fundamento compreensível que deveria estar referenciado como uma das principais características elétricas do imóvel? Se não é uma principal característica associado ao imóvel por que razão vem o ORD solicitar a obrigação de uma declaração suspeita de legalidade?

Mais, no seguimento da resposta da DGEG exposto no “ponto 9” porque razão o ORD não solicita a declaração da inspeção da EIIEEL nos atos de alteração de trifásico para monofásico independentemente da potência em causa?

E no seguimento da inspeção a EIIEEL inspecionava a instalação elétrica.

4.1.11. No seguimento do exposto no ponto 4.1.5., o ORD incompreensível vem de forma suspeita de legalidade exigir uma declaração sem bases regulamentares. Pergunto, porque razão o ORD não é competente para dirigir-se à DGEG com o objetivo de fundamentar a obrigação da aplicação em projeto do balanceamento de potências?

4.1.12.

As EIIEEL em todas as situações suspeitas de inconstitucionalidade, suspeitas de ilegalidade regulamentar deveriam solicitar a intervenção da UCP. E são já várias as situações transcritas que justificava plenamente.

5 – Eticamente, o meu objetivo é executar um trabalho para o qual fui solicitado seguindo as Regras Técnicas com o menor custo para o cliente. 5.1 - Pergunto, perante este cenário de obrigatoriedade de emissão de declaração e perante a presença de uma coluna montante onde está o registo do primeiro e último balanceamento de potências? [Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Por não existir esse registo é que se solicita, a quem altera a instalação, que o verifique.](#)

5.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião na questão 4.1.1 a 4.1.12.

Para reforçar ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

É obrigação e dever da DGEG existir o registo para estar em acordo com DL 96/2017, Art.º 2, e permitir correta exploração.

A DGEG não deve simplesmente argumentar que o registo não existe porque de acordo com o exposto no DL96/2017 tem a responsabilidade e a obrigação de implementar meios necessários para registar toda a atividade que é referente a uma instalação elétrica. Pergunto, se uma declaração criada pelo ORD, sem fundamento legal, sem a possibilidade de ficar registada no SRIESP, neste “processo” e no âmbito do DL 96/2017 onde está a responsabilidade da DGEG? Declina a sua responsabilidade pela segurança na coluna montante para o ORD?

6 – O ORD com esta declaração está a tentar responsabilizar-nos, TREN2-BT pelo balanceamento de potências sem limite de tempo e desde da confirmação do primeiro registo.

6.1 Pergunto, irão existir sobre a mesma coluna várias declarações, e se alguém não cumpriu devidamente o seu dever como se irá descobrir o culpado?

[“Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). A declaração permite identificar, e responsabilizar, quem procede à alteração da instalação elétrica.”](#)

6.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião na questão 4.1.1 a 4.1.12.

Para reforçar ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

Incompreensível este nível de resposta, não deveria ser de uma entidade responsável pela segurança das instalações elétricas, porque se a declaração (inventada pelo o ORD) permite identificar quem procede à alteração, mas como é possível responsabilizar um erro se como a própria DGEG afirma, não existe o registo? Não existe a obrigatoriedade do registo do balanceamento de potências em projeto. Mas indiferente a este incumprimento é da competência do ORD solicitar o projeto e a inspeção para proceder em conformidade. Ora, se não tem balanceamento de potências a EIIEEL deveria registar uma inconformidade associada ao projeto. Se alguém invocar que o TREN2-BT tem o dever detetar os erros do projeto e retificá-los, ora, simplesmente a indicação será a alteração ao projeto.

7 – Se efetivamente o registo escrito não é necessário para a conclusão do balanceamento de potências, como podemos provar que o nosso trabalho foi de acordo com o pretendido na declaração?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). A responsabilidade recai sobre o projetista \(caso a instalação careça de projeto\) ou sobre executante \(caso a instalação não careça de projeto\).](#)

7.1. O executante referenciado será o TREN2-BT provavelmente, nesta situação ver os pontos anteriores.

Atualmente os procedimentos não conseguem atribuir a responsabilidade ao executante se a DGEG nem o ORD não solicitarem a intervenção EIIEEL.

8 – E sem registo escrito e devidamente verificado no local por entidade independente à edp distribuição e ao TR – EN2 como vou provar que qualquer acidente na coluna montante não foi da minha responsabilidade?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). Outros trabalhos sobre a instalação elétrica estão obrigados ao registo. Em caso de acidente, deve a peritagem apurar a responsabilidade.

8.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião na questão 4.1.1 a 4.1.12.

A DGEG não está a responder, quais são os outros trabalhos que justifiquem a ausência de segurança no balanceamento de potências da coluna montante?

A DGEG faz referência a uma peritagem que é a da sua responsabilidade divulgá-la em acordo com o DL 96/2017, contudo, uma informação que é essencial a todos só se conseguiu através da intervenção da Provedoria de Justiça. Mais, hoje sei que a UCP também atua em casos de prevenção, se o ORD age em modo de prevenção a declaração criada por si deveria ter obviamente a subscrição de uma entidade que “tutela” a prevenção dos acidentes elétricos. Se a peritagem efetivamente existe porque não atua na análise de projetos para verificar se um projeto está de acordo com todas as solicitações futuras do ORD, neste caso o balanceamento de potências da coluna montante?

9 – Após a emissão da declaração como a edp distribuição está a solicitar eu serei informado pelos serviços da edp distribuição que essa coluna montante vai ser alvo de outra alteração?

SE a “declaração” mencionada se refere à ficha eletrotécnica, essa ficará cadastrada na plataforma SRIESP. Tratando-se da alteração de uma coluna montante de um edifício, a instalação coletiva do edifício, a mesma deve ser submetida a uma inspeção feita por uma entidade inspetora (EIIEEL), que após o ato emite uma declaração de inspeção. Essa declaração de inspeção, quando emitida, estabelece que a instalação está em condições de ser ligada à RESP. Sobre a ligação à rede: O procedimento para alteração da coluna deve ser feito nos termos do Decreto-Lei n.º 96/2017, na sua redação atual, cumprindo a regulamentação de segurança em vigor, nomeadamente as regras técnicas para instalações elétricas de baixa tensão (RTIEBT, P 949-A/2006). De forma sucinta, o procedimento para alteração de uma coluna montante e ligação à rede passa por: a. alteração/revisão do projeto (quando exista); b. TR ou EI (conforme aplicável) executam a obra; c. EIIEEL faz inspeção; d. ORDBT verifica condições de ligação para entrada em exploração

Sobre a ligação à rede:

O procedimento para alteração da coluna deve ser feito nos termos do Decreto-Lei n.º 96/2017, na sua redação atual, cumprindo a regulamentação de segurança em vigor, nomeadamente as regras técnicas para instalações elétricas de baixa tensão (RTIEBT, P 949-A/2006). De forma sucinta, o procedimento para alteração de uma coluna montante e ligação à rede passa por: a. alteração/revisão do projeto (quando exista); b. TR ou EI (conforme aplicável) executam a obra; c. EIIEEL faz inspeção; d. ORDBT verifica condições de ligação para entrada em exploração.

9.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Perante esta resposta a DGEG dá a sensação que anda a funcionar sem nexos porque desconhece os procedimentos.

É esta a declaração mencionada

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
técnico responsável da Direção Geral de Energia e Geologia sob o nº _____,
domiciliário na _____, em _____, venho
por este meio confirmar que a instalação da coluna montante do imóvel
sito em _____
com o cll _____, se encontra com as cargas distribuídas de
forma equilibrada e homogênea, de modo a poder alterar a potência atual
de _____ kva (TRIFÁSICA MONOFÁSICA) para a potência de _____ kva
(TRIFÁSICA MONOFÁSICA) em nome de _____
_____ com o nº _____
de acordo com as disposições regulamentares em vigor, estando em
condições para alterar a potência.

Lisboa, ____/____/201__

Assinatura _____

A declaração que o ORD solicita não se enquadra no DL 96/2017, não é uma Ficha Eletrotécnica, nem é um Termo de Responsabilidade.

Se não se enquadra no DL 96/2017 que legitimidade tem ela?

Citando o novo regime de controlo das instalações de serviço particular da DGEG (Decreto-Lei n.º 96/2017)

Os novos documentos criados são:

- a) Declaração de conformidade da execução (pela EI);
- b) Termo de responsabilidade pela execução (pelo TReXe);
- c) Declaração de inspeção (tipo C)

Mais, a DGEG afirma:

“De forma sucinta, o procedimento para alteração de uma coluna montante e ligação à rede passa por:

- a. alteração/revisão do projeto (quando exista);
- b. TR ou EI (conforme aplicável) executam a obra;
- c. EIIEEL faz inspeção;
- d. ORDBT verifica condições de ligação para entrada em exploração”

Não corresponde à verdade, não é o que atualmente se passa, porque não é solicitada a apresentação do relatório da inspeção da EIIEEL por nenhuma entidade quando a coluna montante se encontra a fornecer energia elétrica.

Mais, inspeções que as EIIEEL fazem à coluna montante novas ou existentes, não existe nenhum ponto a inspecionar sobre o balanceamento de potências nas instalações elétricas coletivas. Ou seja, as EIIEEL não inspecionam, nem são obrigadas a inspecionar/verificar o balanceamento de potências da coluna montante porque não existe inconformidade atribuída.

A lista das inconformidades poderá ser consultada:

No Despacho nº 4

Data: 2018/01/16

Artigo 1

Âmbito

1. Este despacho estabelece uma lista de deficiências a que ficam sujeitas as instalações elétricas do tipo C, para efeito de verificação da conformidade durante os atos de inspetivos previstos no DL 96/2017.

Ou seja, para cumprir o n.º 4 do Art.º 10º do Decreto Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, a DGEG estabelece uma lista de deficiências, mas claramente não consta qualquer referência ao balanceamento de potências da coluna montante da instalação elétrica coletiva.

No seguimento da declaração (minuta) do ORD, supra referenciada, é incorreto afirmar “... de acordo com as disposições regulamentares em vigor,...” porque não existe nenhuma regra especificamente direcionada para o cumprimento do balanceamento de potências. Logo, estamos perante uma declaração ilegal.

O ORD não pode obrigar o TREN2-BT assinar uma declaração ilegal.

Se este ato não é inconstitucional o que é que será?

Imagine-se, Código da Estrada sem fiscalização, uns com carta de condução (cumpridor das Regras Técnicas) e outros sem carta de condução (incumpridor das Regras Técnicas), mas gozando dos mesmos direitos jurídicos e da impunidade – é esta imagem da segurança das instalações elétricas de serviço particular em Portugal.

No âmbito das Regras Técnicas a inconformidade que se poderia aproximar seria 801.1.1.3.3.3, “instalação elétrica trifásica com fases desequilibradas” mas atendendo ao enquadramento onde está colocada não está claramente a referenciar-se aos quadros elétricos das instalações coletivas.

Atendendo à classificação de acordo com o risco associado, NG-2, é a classificação mais baixa, logo, é perfeitamente compreensível que a inconformidade 801.1.1.3.3.3 não está direcionada para o balanceamento de potências cuja a sua má execução está a colocar altamente em riscos a segurança das pessoas, animais e bens, nos termos do art. 10.º do DL 96/2017.

Aliás, como se justificaria a obrigatoriedade da apresentação de uma “declaração” para a retificação de uma inconformidade com risco atribuído é de classe NG-2, (Despacho n.º 4 de 2018/01/16, no Artigo 2, n.º 3, alínea b, e n.º 4) onde está descrito que a sua reparação é apenas “aconselhável”.

10 – No seguimento, os serviços internos da edp distribuição também seriam obrigados a enviar-me um aviso de intervenção ou estes serviços não necessitam de qualquer aviso ou emissão de declaração?

[Ver resposta à questão 9 \(sobre a declaração de inspeção e a ligação à rede\). A responsabilidade recai sobre os técnicos responsáveis que intervêm na instalação elétrica.](#)

10.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

11 – Continuando, depois da emissão da minha declaração e algumas intervenções na mesma coluna por parte dos serviços da edp sem necessidade de emissão de declaração de responsabilidade, a quem seria atribuída a responsabilidade em caso de acidente na coluna?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). ORD, só intervém no caso de fornecimento ou corte de energia.](#)

11.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.2. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

12 - Num enquadramento de fusível fundido (alojado no quadro de colunas ou portinhola) por motivos de sobrecarga, na situação de emissão de declaração sem qualquer registo relativo ao balanceamento, ou seja, simplesmente declaração. 12.1 – Pergunto, posso ser responsabilizado por qualquer acidente ou prejuízo na coluna montante relativo a sobrecargas?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Sim, se as alterações produzidas forem a sua competência, no domínio do projeto ou execução.](#)

12.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.2. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

13 – Estará a edp distribuição tentar com a obtenção desta declaração afastar-se da responsabilidade por qualquer acidente que possa surgir ao nível da coluna montante independente estarmos na presença de portinhola ou interruptor geral (ausência de portinhola)?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Entende-se que quem projeta ou executa as instalações, novas ou existentes, são responsáveis pelo seu funcionamento.](#) 13.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

14 – Consultando um documento da edp distribuição destinado às equipas “ Guia de aplicação para equipas de contagem BTN” – DRE – C17 -550/N, novembro 2017, edição 4. Especificamente o ponto 4.3.1 (segue em anexo C) - ... cito: “na ligação de instalações de utilização monofásica em prédios, as ligações devem ser distribuídas pelas três fases, por forma a não desequilibrar as intensidades na coluna montante e na rede de distribuição;” Note bem – “...as ligações devem ser distribuídas pelas três fases...”, entende-se por esta afirmação que o trabalho de balanceamento de potências ou de estabelecer o bom equilíbrio de fases é da responsabilidade da edp distribuição. Para responsabilizar ou legitimar a obrigatoriedade da apresentação do Termo de Responsabilidade o correto seria – “...as ligações devem estar distribuídas pelas três fases...”.

14.1 – Será por este motivo a razão das Fichas Electrotécnicas não apresentarem ou solicitarem a disposição/atribuição das fases por instalação elétrica?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Entende-se que quem projeta ou executa as instalações, novas ou existentes, são responsáveis pelo seu funcionamento. A coluna montante é uma instalação coletiva de serviço particular, da administração do prédio.](#)

14.1.2. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

14.2 – Qual é o documento onde aparece de forma bem clara que na coluna montante qualquer problema de ordem associado ao seu funcionamento é atribuída a responsabilidade aos utilizadores se a coluna é projetada e certificada de forma que o utilizador de energia elétrica nunca seja responsável?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). Entende-se que quem projeta ou executa as instalações, novas ou existentes, são responsáveis pelo seu funcionamento. A coluna montante é uma instalação coletiva de serviço particular, da administração do prédio.

14.2.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

Mais, no cumprimento do DL 96/2017 a DGEG deverá fornecer à administração do prédio todos os meios de informação que possam ir ao encontro de salvaguardar devidamente a coluna montante. Não basta atribuir responsabilidade é dever informar que ela existe e tem locais onde possa ser analisada e protegida.

Seria suficiente a obrigação de referenciar UCP em todas as FE e TRE.

15 – Se existe de fato um registo com a responsabilidade da manutenção atribuída porque não existe a responsabilidade de a divulgar? Consultando o “edp distribuição Manual Ligações à Rede” não aparece de forma bem explícita que a responsabilidade está atribuída à administração dos serviços comuns. O que diz na página 25, ponto 1.9.a. (segue anexo pág.25 2 pág. 209: “...sendo da responsabilidade do condomínio a manutenção e conservação do quadro de colunas, coluna montante e entradas.”, no mesmo manual, consultamos, página 209 – “condomínio: Entende-se por condomínio as zonas de circulação e outras zonas de uso comum, de edifícios de uso colectivo, quer estejam ou não constituídas em regime de propriedade horizontal. A instalação elétrica estabelecida no condomínio designa-se por instalação de serviços comuns.”

15.1 - Parece-me que se está atribuir uma responsabilidade a uma zona do prédio, terá sentido porque é administrada provavelmente pela administração do prédio?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). A coluna montante e os serviços comuns, são instalações coletivas de serviço particular, da administração do prédio.

15.1.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

A DGEG tem o dever e a obrigação de informar quem tem responsabilidades e não o faz.

O que informa no ponto 9 deveria ser do conhecimento geral:

“De forma sucinta, o procedimento para alteração de uma coluna montante e ligação à rede passa por:

- a. alteração/revisão do projeto (quando exista);
- b. TR ou EI (conforme aplicável) executam a obra;
- c. EIEL faz inspeção;
- d. ORDBT verifica condições de ligação para entrada em exploração.”

Se a alteração da entrada de trifásico para monofásico se enquadrar numa alteração efetiva à coluna montante ou à instalação coletiva estes procedimentos não existem e o verdadeiro responsável é de quem tem a obrigação de os fazer cumprir.

15.2 - Se é o caso porque razão a edp distribuição não notifica Administração do Prédio que vai proceder à alteração do sistema de fornecimento de energia elétrica?

Ver resposta à questão 9 (sobre a declaração de inspeção e a ligação à rede). No caso das entradas das habitações, cabe ao dono da fração. No caso da instalação coletiva (ex: coluna montante) deve ser o condomínio a fazer o pedido ao operador da rede de distribuição pública (ORD).

15.2.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

15.3 - Porque não termina o processo com o fornecimento do registo da fase atribuída?

Ver resposta à questão 9 (sobre a declaração de inspeção e a ligação à rede).

15.3.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

15.4. – No seguimento do Manual Ligações à Rede da edp distribuição, ponto 1.5. Limites e Responsabilidades, para melhor informação remete-nos para o Regulamento Rede Distribuição (RRD) que não é mais de que uma transcrição da directiva europeia que aborda o mesmo assunto.

Pergunto: se a edp distribuição conhece o título ou ponto da directiva europeia porque não o indica?

[Ver resposta à questão 9 \(sobre a declaração de inspeção e a ligação à rede\).](#)

15.4.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

16 – No seguimento do ponto 4.1, diria a edp distribuição “ – exatamente, a declaração servirá para garantir que as potências ficam bem equilibradas por quem tem profissionalmente intervir na coluna montante.” Só que o “profissionalmente” implica que sejam só os técnicos devidamente certificados para o efeito possam realizar alterações na coluna montante.

16.1 - Pergunto, ou também podem intervir os serviços da edp distribuição sem o mesmo título que eu?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\).](#)

[Ver resposta à questão 9 \(sobre a declaração de inspeção e a ligação à rede\).](#) A OERD não intervém no balanceamento das cargas, uma vez que desconhece a instalação elétrica de serviço particular.

16.1.2. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

Quem é a entidade OERD? Provavelmente é o ORD... mais uma situação que não corresponde à realidade.

Se existisse um registo com consulta das emissões dos TRE sobre todas as alterações de trifásico para monofásico iríamos encontrar muitas execuções efetuados por “técnicos” da responsabilidade do ORD. Deveria ser um momento para solicitar a intervenção da UCP.

16.2 - Ou o indivíduo (sem estar devidamente habilitado) que trabalha para o engenheiro electrotécnico, e este a única coisa que “executa” é a declaração?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\).](#) Esta questão cabe no domínio da responsabilidade do técnicos intervenientes (nos termos da Lei 14/2015), independentemente de quem as executa na realidade.

16.2.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

De acordo com a Constituição Portuguesa e no seguimento de várias provas aqui apresentadas o TR por projeto deveria estar impedido de apresentar Termo de Execução, principalmente em projetos da sua autoria, por uma questão de transparência e rigor no cumprimento das regras.

Para além de estarmos perante uma enorme desigualdade nos critérios da concorrência.

A DGEG com este nível de resposta está claramente a “sacudir a água do capote”, não consegue com os vários argumentos e apelos a Decretos de Lei garantir que a segurança das instalações elétricas estejam garantidas.

Um país com preocupação na segurança das instalações elétricas não deveria de forma alguma atribuir a possibilidade aos TR por projeto de apresentar Termo de Responsabilidade pela Execução quando não executa ou não sabe executar e nem acompanha a execução ao acordo com as RTIEBT.

Porque seguindo este princípio o TREN2-BT tem o dever de saber analisar e corrigir um projeto, pela a mesma ordem critérios atribuído ao TR por projeto para responder pela execução, deveria também TREN2-BT ter o direito de elaborar projetos simplificados de acordo com o que foi sugerido no ponto 4.1.8.

17 – No seguimento, do ponto 16, penso que não seria legítimo, pessoas para além do TR EN2, senão a declaração teria sentido ambíguo e não é isto que se pretende. O objetivo é segurança. E esta iniciase em processo de projeto, da primeira vez que vi uma ficha eletrotécnica rapidamente verifiquei que é um documento mal elaborado e muito incompleto para salvaguardar precisamente a segurança da coluna montante ao longo da sua vida.

17.1 - Pergunto, por que razão a edp distribuição não solicita à DGEG alteração da Ficha Eletrotécnica (FE) de modo a salvaguardar a exploração correta?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). A ficha fica cadastrada no sistema SRIESP.

17.1.2. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

A FE fica cadastrada no sistema SRIESP, mas o essencial para garantir a segurança não fica registada. A DGEG não está a cumprir o que lhe foi solicitado pelo DL 96/2017, registo de todas as atividades que decorrem nas instalações elétricas.

18 – Seguindo o ponto 17, edp distribuição não deveria consultar a DGEG com a finalidade de solicitar o parecer da obrigatoriedade da declaração e assegurar-nos da sua legitimidade?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências).

18.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

19 – Analisando bem, pergunto, não se deve à falta de responsabilidade da edp distribuição em salvaguardar o que lhe foi entregue de “bandeja” permitindo ao longo destes anos estas alterações sem existência de nenhuma prova de como eram bem efetuadas?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). O ORD, apenas verifica se existem condições de abastecimento à instalação elétrica (o edifício). A responsabilidade da segurança da instalação elétrica de serviço particular é do proprietários (ex: condomínio).

19.1. Esta resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.

Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

A DGEG mais uma vez não responde ao assunto. O assunto é sobre a forma do registo da execução, claramente a ausência de registo que atualmente é da responsabilidade da DGEG.

A DGEG ao imputar a responsabilidade da segurança da instalação elétrica de serviço particular ao proprietário, está desta forma atribuir o direito legal ao proprietário de cancelar contrato de compra de imóvel e provavelmente com direito a indemnização a quem vendeu se forem encontradas provas de incumprimento das RTIEBT.
--

Caso contrário o novo proprietário indevidamente passaria a ser o responsável de um incumprimento que não cometeu.

20 – E é precisamente agora com o avanço tecnológico, com novos electrodomésticos que possibilitam maior rapidez na elaboração de cozinhados como é o caso das placas de vidro e de indução que a edp distribuição verifica que anteriores ligações de trifásico a monofásico sem registo mas possibilitando a introdução destes aparelhos nas habitações associadas às colunas montantes levam a situações de sobrecargas nos fusíveis de entrada do quadro de coluna.

20.1 - Pergunto, não era dever da edp distribuição iniciar imediatamente a introdução desta declaração e registo de distribuição de potências na coluna montante após a solicitação do primeiro pedido de alteração ou início do fornecimento de energia?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). No projeto da instalação, deve vir expresso o equilíbrio das fases.

20.1.1. A primeira frase à resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

Não é só simplesmente afirmar que no projeto da instalação, deve vir expresso o equilíbrio das fases. A DGEG tem o dever e obrigação de incluir/registar na listagem das inconformidades (Despacho n.º 4 de 2018/01/16) o incumprimento desta solicitação com características específicas de inconformidade.

O cumprimento desta inconformidade inicia-se em sede de projeto.

É dever do projetista fornecer ao TREN2-BT a descrição pormenorizada e justificativa do balanceamento de potências em todos os casos de instalações elétricas trifásicas.

Como se tem visto por aí projetos de eletricidade de instalações elétricas unifamiliares (moradias) com entrada trifásica e apresentação do quadro elétrico da cozinha em monofásico, nestas situações a entidade EIIEI deveria

solicitar ao projetista para além do balanceamento de potências, o fundamento que justifique o quadro elétrico da cozinha monofásico.

É um dever destas duas entidades para além de garantir segurança, garantir a melhor gestão de energia ao consumidor, o país ganha muito com isso.

22 – Quem irá custear a boa manutenção da exploração da rede são só os proprietários cuja a sua entrada seja proveniente de coluna montante?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Sendo a coluna montante pertencente ao condomínio, cabe ao mesmo a sua correta manutenção.](#)

22.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

Não é só simplesmente afirmar que cabe ao condomínio a responsabilidade da correta manutenção, porque é da responsabilidade da DGEG fornecer (legislação), estimular (cumprimento da legislação), informar (os deveres de todas as entidades envolvidas – DGEG; ORD; ENSE; projetista e o TR pela execução) – está claramente exposto no DL 96/2017.

23 - Pergunto, por exemplo, com surgimento desta declaração todos os clientes abrangidos pela mesma coluna montante que queiram passar de trifásico para monofásico irão pagar pela declaração um custo (em alguns casos alto) que por ausência de um registo escrito será sempre reiniciado do quadro de colunas?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Exige-se a alteração o projeto existente, para que se analise exatamente o os impactos de cada alteração. É por esse motivo que se exige a intervenção de um tecnico responsável pelo projeto.](#)

23.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.

A DGEG afirma “...Exige-se a alteração ao projeto existente,...”, mas se o projeto existir, mais, se no projeto estiver devidamente incluído o balanceamento de potências. Como está claramente exposto em respostas da DGEG que existem instalações elétricas coletivas sem projeto. Dá a sensação que a DGEG está a direcionar para o projetista a eliminação de uma lacuna (balanceamento de potências) da lei e esta entidade nunca cumpriu o dever de superar a lacuna em causa, mais, e a entidade EIEL nunca teve “ferramentas regulamentares” para eliminar a “lacuna”.

Com isto a administração do prédio (cliente) responsável por zelar pela coluna montante corre o risco de pagar um novo projeto de eletricidade da coluna do prédio sempre seja alvo de nova intervenção se:

- a DGEG não legislar a obrigação de fornecimento à administração (ou cliente final) do projeto de eletricidade em formato desenho técnico e pdf.

- a DGEG não legislar a obrigatoriedade do projetista incluir o balanceamento de potências em projeto, e aqui, a DGEG já concordou em resposta anterior (pergunta 20.1).

- a DGEG não incluir no Despacho n.º4 de 2018/01/16 as inconformidades de ausência de balanceamento de potências e balanceamento da instalação coletiva incorreta.

24 – A emissão de uma declaração implica muita responsabilidade e neste caso que toda a verdade venha ao de cima. Quero dizer - o que está mal feito anteriormente, o meu cliente não deveria pagar pela sua reparação e é obrigado a pagar se quiser obter a declaração do TREN2-BT. Cujo o objetivo é o correto equilíbrio de fases.

24.1 - Pergunto, é justo um cliente pague pelos erros dos outros e da péssima gestão da edp distribuição?

[A instalação de serviço particular é da responsabilidade dos proprietários. A instalação de serviço publico é da responsabilidade do ORD.](#)

24.1.1 A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1. e o ponto 23.1.

25 – A única preocupação da edp distribuição é a finalização da realização do contrato de fornecimento de energia descurando completamente a segurança do utilizador. Se edp distribuição está agora tão preocupada com a segurança do cliente.

25.1 - Porque razão ao longo da sua existência nunca se preocupou com a qualidade da instalação elétrica permitindo fornecimento de energia em habitações remodeladas, espaços comerciais e etc, cuja a instalação elétrica é executada por indivíduos (eletropedreiros) sem responsabilidade atribuída para a efetuar?

A instalação de serviço particular é da responsabilidade dos proprietários. A instalação de serviço publico é da responsabilidade do ORD. É por esse motivo que o ORD exige os termos de responsabilidade e a ficha eletrotécnica.

25.1.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1. e o ponto 23.1.

A DGEG com esta resposta “denuncia” no DL 96/2017 outra inconstitucionalidade ao afirmar que é da responsabilidade dos proprietários a instalação de serviço particular (DL 96/2017, parágrafo 10), entenda-se nesta descrição que instalação de serviço particular são as nossas habitações familiares. A realidade é esta:

- a habitação nova “goza” de todas as garantias de segurança (quase todas...) com todas as certificações a que está sujeita.

- a habitação em “segunda mão” vai pagar os mesmos impostos diretamente ou indiretamente como se fosse nova.

- mas a certificação elétrica que garantiu toda a segurança associado ao registo da intervenção da EIIEEL para o primeiro proprietário não se aplica ao segundo proprietário que constitucionalmente tem os mesmos direitos que o primeiro – cumpriu o seu dever de contribuinte.

- o primeiro proprietário ao longo da ocupação do imóvel também tem o dever de não violar as leis que estão associadas às atividades de utilização de energia elétrica.

- no seguimento, se o primeiro proprietário não teve a preocupação de duvidar das garantias de segurança elétrica porque o imóvel foi sujeita a uma inspeção elétrica, a DGEG refletida ou alegando o DL 96/2017 não consegue prestar a mesma segurança ao segundo proprietário mas está dentro do mesmo DL 96/2017, parágrafo 9, obrigada a cumprir.

O DL 96/2017 poderia beneficiar todos os cidadãos, do 1º proprietário ao atual proprietário, (entenda-se também arrendatários) se todas as instalações elétricas de serviço particular fossem obrigadas a inspeção pelas EIIEEL – independentemente da potência contratada.

- o país beneficiaria muitíssimo em justiça, segurança e economicamente.

26 – No seguimento do ponto 25, um exemplo da atualidade: suponhamos que o imóvel foi alvo de remodelação elétrica e sem obrigatoriedade de certificação para obtenção de contrato de fornecimento de energia elétrica e como todos sabemos um eletropedreiro é mais barato, porque é isento da obrigatoriedade de seguir as Regras Técnicas com o conhecimento ou não do utilizador da habitação, mas a certa altura depara-se que a entrada é trifásica e deste modo não consegue que placa de indução funcione e a solução é contactar um TR – EN2 para iniciar o processo de trifásico para monofásico para emitir a declaração. O TR-EN2 verifica que a instalação não foi executada por um TR-EN2, colocando em causa vários factores de segurança.

26.1 - Pergunto, para cumprimento do nosso Regulamento de Regras Técnicas podemos alertar a edp distribuição que instalação elétrica da habitação não foi efetuada por quem devia e o perigo da sua utilização não foi devidamente avaliado e deste modo não poderá existir/constituir prova evidente para justificar anulação do contrato de fornecimento de energia?

Reportar para a entidade competente. Como exemplo, essas matérias podem ser de licenciamento e cadastro (DGEG), fiscalização (ENSE), fraude (ORD).

26.1.1. Analisando a resposta da DGEG:

- a DGEG não responde a nada – inclusive esta(as) resposta(as) só respondeu porque foi “obrigada” pelos serviços da Provedoria de Justiça.

- O ENSE não efetua peritagens técnicas a instalações elétricas, atuando na área de fiscalização conforme os estatutos plasmados no Decreto-Lei 69/2018, de 27 de agosto.

- É da competência do Departamento de Energia Elétrica e Renováveis (DEER) que por intermédio da Unidade de Controlo e Prevenção (penso) irá averiguar a denúncia e atuar em conformidade. Email: deer@ense-epe.pt

- Mais, até ao momento ainda não consegui encontrar plena veracidade à resposta da DGEG.

27 – Se a edp distribuição não acatar a nosso alerta por alguma razão que espero saber, fica a pergunta, e sabemos que a DGEG não tem nenhum departamento com a finalidade de terminar de vez com esta injustiça. E se começarmos a procurar, nem as Finanças, nem a Segurança Social, nem o Ministério da Justiça e etc. Desde já também estarei inteiramente disponível em explicar como estas entidades comungam a mesma irresponsabilidade.

27.1 - Pergunto, qual é a legitimidade de uma declaração para permitir o funcionamento de uma ilegalidade que viola diretamente as regras em vigor e que são a base e a fundamentação da declaração?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\)](#). [Ver resposta à questão 24.1 \(sobre as instalações antigas e fiscalização\)](#). Reportar para a entidade competente. Como exemplo, essas matérias podem ser de licenciamento e cadastro (DGEG), fiscalização (ENSE), fraude (ORD).

27.1.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1., o ponto 23.1., ponto 25.1.1. e 26.1.1.

28 – Qual é a directiva europeia que permite que indivíduos sem habilitação (eletropedreiros) exerçam uma atividade que está devidamente regulamentada para proteger os cidadãos?

[Não existe. Sobre o acesso e exercício da atividade, a atividade de projeto, execução e exploração de instalações elétricas de serviço particular é estabelecida na Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro. A atividade das EIIEI também é estabelecida por esta lei. É por esse motivo que os atos nas instalações elétrica de serviço particular devem ser cadastrados no SRIESP.](#)

28.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1., o ponto 23.1., ponto 25.1.1. e 26.1.1.

A DGEG afirma que todos os atos nas instalações elétricas de serviço particular devem ser cadastrados no SRIESP, como tem o dever e a obrigação que se cumpra este cumprimento de dever. Mas não consegue que as entidades envolvidas exerçam atividade. Dá sensação que desconhece a realidade.

29 – Qual a norma europeia que autoriza para a mesma atividade profissional que um cidadão para a exercer seja obrigado a cumprir compromissos fiscais e regulamentares associados à atividade em causa e outro cidadão exerça a mesma actividade livre de impostos e deveres de responsabilidade obrigatórios que assegurem a segurança do utilizador de energia elétrica?

[Ver resposta à questão 28 \(sobre acesso e exercício da atividade\)](#).

29.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1., o ponto 23.1., ponto 25.1.1., 26.1.1. e 28.1.

29.a. – Independentemente se estamos ou não perante um novo Código Ponto de Entrega, qual a directiva europeia que permite o contrato de fornecimento de energia elétrica sem que estejam estabelecidos todos os parâmetros de segurança para o utilizador da energia elétrica?

[Ver resposta à questão 9 \(sobre a declaração de inspeção e a ligação à rede\)](#).

29.a.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12. Ver também o meu comentário sobre a resposta da DGEG no ponto 9.1.,

30 – Qual a directiva europeia que permite uma empresa ou entidade que tem deveres institucionais de discriminar o Técnico Responsável EN-2, no desempenho estrito da sua actividade?

[A discriminação, como é referida, não é preconizada por legislação nacional, por diretivas europeias ou qualquer outra norma internacional.](#)

30.1. Mas de fato em Portugal essa “discriminação” existe, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

31 – Se o processo de compra de habitação/espço comercial remodelada ou não, paga os mesmos impostos que habitação nova, qual a directiva europeia que autoriza situações de imóveis com os mesmos compromissos fiscais não exista a Certificação ou Termo de Responsabilidade pela segurança na utilização da instalação elétrica? Não se dispensa.

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\)](#).

31.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

32 – Perante o cidadão da Comunidade Europeia que visita Portugal e fica em Alojamentos Locais ou outros similares com instalações elétricas com graves inconformidades. 32.1 – Se não tenho forma de explicar de forma Regulamentar

como é possível deixá-lo a correr riscos. Solicito à DGEG a transcrição da directiva comunitária que autoriza e um boletim informativo que esclareça devidamente que em caso de acidente ou prejuízo por insuficiente usufruto onde se poderá dirigir este cidadão.

[Reportar para a entidade competente, nos termos do DL 96/2017, nomeadamente a que cabe à ENSE.](#)

32.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

33 – No seguimento do ponto 32, pergunto à DGEG qual é o gabinete (ou o que quiserem chamar) para o TR EN2 apresentar queixa porque sente a sua profissão descriminada e denegrida perante outro cidadão da Comunidade Europeia, cujo tal fato seria impensável no seu país de origem?

[Reportar para a entidade competente, nos termos do DL 96/2017, nomeadamente a que cabe à ENSE.](#)

33.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

34 – A DGEG é a entidade responsável em Portugal por fazer cumprir as Directivas Europeias neste sector e perfeitamente conhecedora do problema (segue anexos E.1, E.2 e E.3 - PROVIDORIA DE JUSTIÇA - A PROMESSA DO NOVO DIPLOMA). 32.1 – Porque razão nunca emitiu um único alerta para neutralizar estas situações?

[Sem possibilidade de responder, uma vez que os anexos não foram remetidos.](#)

34.1. Desconheço o motivo dos serviços da Provedoria de Justiça não terem enviado o anexo.

35 – A quando da “substituição” do DL 740/74 de 26 de Dezembro (antigo “regulamento”) pela atual Portaria N.º 949-A, de 11 setembro de 2006 – RTIEBT, porque não foram tomadas medidas para acabar com estas graves injustiças(anexos G.1 a G.4 e anexos H.1 a F.5)?

[Sem possibilidade de responder, uma vez que os anexos não foram remetidos.](#)

35.1. Desconheço o motivo dos serviços da Provedoria de Justiça não terem enviado o anexo.

36 – Justificaram-se alterações (incompreensíveis e suspeitas) em detrimento claríssimo do profissionalismo TR EN2 alegando segurança. 36.1 – Pergunto à DGEG qual é a competência e a idoneidade de uma entidade que justifica alterações ao Regulamento das Instalações Elétricas com o RTIEBT alegando segurança e a realidade revela-nos o inverso(anexo F – Editorial, título: Porquê?); (anexo G4) e (anexo I)

[Sem possibilidade de responder, uma vez que os anexos não foram remetidos.](#)

36.1. Desconheço o motivo dos serviços da Provedoria de Justiça não terem enviado o anexo.

37 – É dever da DGEG zelar pela a segurança dos cidadãos, mais, é dever da DGEG assegurar que o TR –EN2 no cumprimento das Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT) o faça sem ser alvo de qualquer injustiça ou pressão extra regulamentar.

37.1 – Pergunto, a DGEG vai assumir a responsabilidade da continuação de fornecimento de energia elétrica se a edp distribuição omitir o ponto 26 e 26.1?

[A DGEG não tem competência para desenvolver a atividade de distribuidor de eletricidade. A DGEG não se imiscui na responsabilidade dos técnicos responsáveis.](#)

37.1.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

38 – Se a DGEG não assumir a inteira responsabilidade do atual estado em que está a sociedade portuguesa no respeita à segurança de fornecimento e utilização de energia elétrica.

38.1 – Pergunto, à DGEG, sem direito a resposta dúbia, a quem devemos tentar atribuir a responsabilidade?

[A responsabilidade dos atos está em quem os assume, nos termos da Lei 14/2015 e do DL 96/2017.](#)

38.1.1 A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

39 – Se a resposta é direcionada para a consciência do TREN2 entramos em campos mais graves de discriminação e provavelmente mais indícios de crime da responsabilidade da DGEG. Note-se bem: o TREN2 tem o dever e a obrigação de exercer a sua actividade profissional no seguimento estrito Regras Técnicas (RTIEBT), como tem o dever de cumprir o Código Deontológico:

40 – Pergunto, se existem outras Regras Técnicas para ficar ao mesmo nível do eletropedreiro para o caso em tribunal ter o mesmo tipo de defesa, ou seja, dizer ao juiz do tribunal que não pode alegar sobre o TREN2 o cumprimento estrito das RTIEBT, porque Constitucionalmente devíamos ter os mesmos direitos de igualdade e consequentemente de sobrevivência que o eletropedreiro?

A discriminação, como é referida, não é preconizada por legislação nacional, por diretivas europeias ou qualquer outra norma internacional. Os atos previstos no DL 96/2017, devem ser registados no SRIES, por quem tenha essa competência (Lei 14/2015)

40.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

41 – No seguimento do ponto 40, os engenheiros electrotécnicos não deveriam apresentar Termos de Responsabilidade sem a subscrição do TREN-2 pela simples razão que é do conhecimento geral que o engenheiro electrotécnico não executa ou não sabe executar. Então é legítima a pergunta, quem anda a executar?

A discriminação, como é referida, não é preconizada por legislação nacional, por diretivas europeias ou qualquer outra norma internacional. O cadastro das instalações elétrica é realizado por quem tenha essa competência (Lei 14/2015 e DL 96/2017)

41.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

42 – Sem entrar em campos discriminatórios com TR EN-2 e incumprimento provável das directivas comunitárias o engenheiro electrotécnico vai alegar que quem executa é um TR EN-2, logo, não irá opor-se a esta solução. Ou irá apresentar provas práticas que justifiquem aptidão, visionadas por TR EN-2, em todas as características de instalações elétricas?

A discriminação, como é referida, não é preconizada por legislação nacional, por diretivas europeias ou qualquer outra norma internacional. O cadastro das instalações elétrica é realizado por quem tenha essa competência (Lei 14/2015 e DL 96/2017) e toda essa responsabilidade.

42.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

43 – No seguimento do ponto 41, é perfeitamente visível que o estado em que chegou o panorama da segurança dos utilizadores de energia elétrica se deve à incompetência de quem dirige as várias entidades que poderiam fazer algo para inverter a situação e nada fazem ou são negligentes.

43.1 – Pergunto, porque razão a DGEG junto da Ordem dos Engenheiros Electrotécnicos não solicita um dever institucional - o TR-EN2 subscrever todas as solicitações de Certificação dos Engenheiros Electrotécnicos relativas a Execução Nível 2?

As competências legais são as que decorrem da Lei 14/2015. Não pode a ordem dos engenheiros solicitar atos que são da responsabilidade de técnicos responsáveis não inscritos.

43.1.1. Está-se a solicitar apoio/disciplina a quem (DGEG) tem o dever de colocar alguma Justiça na igualdade de direitos no âmbito do DL 96/2017 e como resposta algo sem nexos relativamente ao essencial da questão.

Da ordem dos engenheiros que perante todo este processo tem um comportamento e atitude muito suspeita porque a nível de competência dos seus elementos tem-se muito a desejar.

44 – Se quando a habitação é nova implica certificação para ter fornecimento de energia elétrica porquê quando a habitação ou outro surge no mercado como remodelada ou não, independente da potência contratada, não tem a obrigatoriedade de certificação ou Termo de Responsabilidade pela Execução? Quem assegura o cumprimento das RTIEBT e segurança para o utilizador de energia elétrica?

Ver resposta à questão 4.1 (sobre a responsabilidade e o balanço de potências). Caso hajam alterações ao abastecimento essas devem ser sujeitas à alteração do projeto. Quem assegura o cumprimento das RTIEBT, são os técnicos responsáveis ou as entidades inspetoras.

44.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

45 – Porque razão uma habitação remodelada, espaço comercial ou outro sem certificação após a conclusão da obras, pode pôr em causa o regular funcionamento da coluna montante sem a obrigatoriedade de apresentar o Termo de Responsabilidade pela Execução?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Caso hajam alterações ao abastecimento essas deve ser sujeitas à alteração do projeto. Quem assegura o cumprimento das RTIEBT, são os técnicos responsáveis ou as entidades inspetoras.](#)

[Caso haja incumprimento, acionar a fiscalização nos termos do DL 96/2017.](#)

45.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

46 – Pergunto à DGEG (e porque não à edp distribuição) em instalações coletivas e outros, porque razão é “permitido” um cliente de utilização de energia elétrica colocar em perigo outros clientes que cumpriram sem inconformidades as alterações no momento da sua remodelação?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Caso hajam alterações ao abastecimento essas deve ser sujeitas à alteração do projeto. Quem assegura o cumprimento das RTIEBT, são os técnicos responsáveis ou as entidades inspetoras. Caso haja incumprimento, acionar a fiscalização nos termos do DL 96/2017.](#)

46.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

47 – Mais, o cliente que cumpriu o seu dever de mandar executar as alterações à instalação elétrica sempre em conformidade RTIEBT (como provará o testemunho do TR EN-2 executante) tem provas que o seu vizinho não cumpriu o dever de assegurar a continuidade na segurança de utilização de energia elétrica.

47.1 Pergunto, qual é o local que o cidadão cumpridor pode apresentar a sua queixa?

[Ver resposta à questão 24.1 \(sobre as instalações antigas e fiscalização\). Caso haja incumprimento, acionar a fiscalização nos termos do DL 96/2017.](#)

47.1.1. A DGEG com esta resposta age de forma incompreensível.

Vejamos, sugere que em caso de incumprimento, acionar a fiscalização nos termos do DL 96/2017, recorremos ao Decreto Lei, no Artigo 24º, referente à Fiscalização, ponto 1, diz:

“1 – A DGEG é a entidade competente para a fiscalização do cumprimento das disposições constantes no presente decreto-lei, sem prejuízo das competências próprias que a lei atribua a outras entidades, nomeadamente, as competências da ASAE.

2 – Compete à DGEG a elaboração de pareceres técnicos sobre os acidentes de natureza elétrica, que serão disponibilizados aos interessados nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo, sob a forma de certidão.”

Será que após algum tempo esta responsabilidade por meios jurídicos (quais?) forma ou é atribuída à DEER?

Se é esta a situação, a DGEG no exposto do DL 96/2017 é obrigada a ser clara nas respostas. É o princípio básico da disciplina.

A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

48 - Ou não existe o dever de zelar pela continuidade do projeto de eletricidade e consequentemente a instalação coletiva?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Sim. Caso haja incumprimento, acionar a fiscalização nos termos do DL 96/2017.](#)

48.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

49 – Seguindo princípio do bom cidadão (ponto 47) que cumpriu devidamente em conformidade com TRIEBT. Pergunto, à DGEG e tudo o que é entidade neste país, qual é a lei poderá assegurar a este cidadão a isenção da obrigatoriedade de pagar pelos serviços de reparação da coluna montante devido a problemas de balanceamento de potências?

[A responsabilidade dos atos realizados na instalação elétrica devem ser apurados pela peritagem. Caso haja incumprimento, acionar a fiscalização nos termos do DL 96/2017 Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\).](#)

49.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

50 – Se é dever da Administração do Prédio zelar pelo bom estado de conservação e manutenção da coluna montante. Porque não atribuir à Administração do Prédio a responsabilidade de verificar e provar a todos os condóminos e futuras Administrações que os responsáveis das habitações estão executar ou executaram trabalhos de remodelação no seguimento estrito de todos os regulamentos em vigor?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). Se instalação coletiva é da competência da administração prédio, então, tal como em qualquer espaço comum, deve a administração intervir.](#)

50.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

A DGEG tem o dever e obrigatoriedade de informar as administrações do seu dever prevenção de acidentes.

Provavelmente o ENSE, através do DEER com o apoio da sua Unidade Controle e Prevenção (UCP).

Seria legítimo o administrador do prédio solicitar o TRE da instalação elétrica ao condómino após a conclusão das obras, ou em caso de recusa deste em a administração deveria solicitar a intervenção do DEER/UCP com o intuito de salvaguardar a segurança e bens de todos os condóminos.

51 – Ou será mais prático ou fácil, em caso de acidente na coluna montante, devido a mau balanceamento de potências e com a inibição de responsabilidades das entidades incompetentes e negligentes, inclinar a responsabilidade para o TREN2 porque a edp distribuição tem em seu poder uma declaração deste?

[Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\). As responsabilidades dos atos realizados nas instalações em caso de acidente devem ser apuradas em sede de peritagem, para os quais todos os atos devem ser analisados.](#)

51.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

52 – O construtor tem a obrigatoriedade de um investimento considerável para executar a instalação elétrica de forma regulamentar, permitindo ao utilizador desfrutar do consumo de energia elétrica com toda a segurança e por irresponsabilidade da DGEG se perder na semana seguinte por falta de organização... veja-se o situação do gás, o construtor e o cliente sente que a segurança perdura ao longo da vida do imóvel.

52.1 - Pergunto, e se as instalações elétricas seguissem ao longo da sua vida o mesmo princípio da sua origem, ou seja, o princípio da segurança?

[O SRIESP, o sistema de registo da DGEG, permite cadastrar os vários atos das instalações elétrica, durante a vida útil da instalação elétrica.](#)

52.1. . A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

Os únicos atos que a DGEG se refere são relativos ao PMA (Potência Máxima Admissível). Em termos de segurança para as instalações elétricas o SRIESP é a imagem do vazio.

53 – O Regulamento obriga a ligação à terra das janelas de alumínio das instalações sanitárias e algumas até situadas na zona volume 1 - zona de risco elevado. Compreendia-se como processo de segurança se a instalação elétrica durante a sua vida de utilização fosse periodicamente alvo de inspeção, sempre que mudasse de proprietário ou após cada remodelação. Mas atualmente quem tem janelas com este tipo de ligação desconhece que a ligação do condutor de proteção de entrada (situado no quadro elétrico principal) nunca pode falhar porque em caso de interrupção

qualquer tipo de passagem à massa vai colocar logo a estrutura da janela como zona activa e no local mais húmido ou molhado da instalação elétrica. Outro exemplo, em como a janela pode ficar em tensão, casos em que o interruptor diferencial está “disparar” por detetar passagem à massa e quem vai tentar reparar desconhece tipologia da ligação, mas é sabedor do ato irresponsável que é desligar o condutor de proteção de entrada para logo interruptor diferencial parar de desligar.

53.1 – Pergunto, perante estas situações e outras, se não dá sensação que as RTIEBT são uma cópia clara de um Regulamento existente num país onde o “panorama” atual de Portugal seria impensável?

[As ligações de equipotencialidade, não só decorrem das RTIEBT, tal como existiam no anterior regulamento de segurança \(DR 740/74\). É pelo motivo que expõe, que as alterações às instalações elétricas se pretendem realizadas por técnicos responsáveis \(Lei 14/2015\). As RTIEBT são de cumprimento obrigatório e decorrem de normalização internacional, para compatibilização dos critérios de instalação com vista à livre circulação de técnicos, equipamentos, etc.](#)

53.1.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

A DGEG não consegue que se cumpra a Lei 14/2015 – é inexistente a divulgação da intervenção da ENSE e muito menos da UCP, provavelmente não por culpa destas entidades mas por falta do cumprimento de divulgação que a DGEG está obrigada a efetuar, DL 96/2017, Art.º 20, alinha “h”; “i”; “l”, é de salientar a alinha “g”, se fosse cumprida pela a DGEG não seria necessário a intervenção da Provedoria de Justiça para obtermos uma resposta da DGEG.

A DGEG alega obrigatoriedade do cumprimento das RTIEBT mas incompreensivelmente vem responsabilizar os proprietários pelo cumprimento das RTIEBT, como se isto fosse possível com ausência completa de fornecimento de informação da existência da fiscalização.

Imagine-se, Código da Estrada sem fiscalização, uns com carta de condução (cumpridor das Regras Técnicas) e outros sem carta de condução (incumpridor das Regras Técnicas), mas gozando dos mesmos direitos jurídicos e da impunidade – é esta imagem da segurança das instalações elétricas de serviço particular em Portugal.

54 – Quem fez o Regulamento e o aprovou não deveriam em caso de acidente (ponto 53) deste género acusadas de negligência grosseira?

[Se os atos mencionados na aliena anterior \(desligar condutores equipotencialidade\) são praticados, é quem os pratica que incide a responsabilidade de responder por eles.](#)

54.1. Com este tipo de resposta sem sugerir a intervenção da fiscalização, sem a forma de a encontrar e sem provas de medidas de execução de prevenção da DGEG junto do cidadão, está claramente a confirmar a existência de inconstitucionalidades no ato obrigatório de garantir igualdade de direitos de segurança para todos os cidadãos.

A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

55 - Ou será que existe legislação que inibe a DGEG e responsabiliza cidadão/proprietário por este tipo acidente? Neste caso o cidadão/proprietário no ato de compra de habitação recebe uma cópia das RTIEBT?

[Os atos realizados nas instalações elétrica incidem sobre quem os pratica. Esses atos devem ser realizados de acordo com a regulamentação em vigor. Ver resposta à questão 4.1 \(sobre a responsabilidade e o balanço de potências\).](#)

55.1. Ver o ponto anterior 54.1.

A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.

56 – E porque razão as empresas ou entidades prestadoras de serviços que efectuam serviços de reparações elétricas, empresas de administração de condomínio e outros não são obrigados a ter TREN-2 como responsável por todas as intervenções nesta área se estamos perante instalações elétricas inseridas num projeto ou certificação?

[Existem instalações elétrica a ter técnicos responsáveis pela exploração para esse efeito \(ver artigo 15.º, e 16 do DL 96/2017\) ou ser objeto de inspeção periódica, nos termos do art.º 19.º](#)

56.1. A resposta viola princípios de constitucionalidade, ver a minha opinião nas questões 4.1.1 até ao 4.1.12.; ponto 9.1.; ponto 23.1.; 25.1.1.; 26.1.1.; 28.1.; 53.1.1.

57 – Está a decorrer a nível nacional já algum tempo – a instalação do novo “contador inteligente” , o Equipamento de Contagem e Controle de Energia” (deve-se interpretar “... Energia” como energia elétrica), abreviatura ECCE, cujo o procedimento é retirar Dispositivo Controle de Potência (DCP - provavelmente na maioria dos casos é o diferencial) juntamente com o contador de energia. Com este “modus operandi” a edp distribuição está a retirar a proteção diferencial da instalação elétrica - gravíssimo atendendo à situação descrita no ponto 53 e grave sequentemente. 57.1 – Pergunto, que legitimidade tem a edp distribuição de colocar os utilizadores de energia elétrica sem proteção diferencial?

O aparelho de corte da entrada é um disjuntor que garante, em regra, a proteção geral contra as sobreintensidades (sobrecargas e curtos-circuitos) da instalação elétrica (de utilização), sendo designado por "disjuntor de entrada". Este aparelho é propriedade do distribuidor de energia elétrica e é instalado ou não em função das condições contratuais. Desse equipamento não se devem fazer depender condições de proteção de pessoas que são inerentes à instalações de serviço particular. Sobre a alteração desse equipamento, e após a publicação do Regulamento n.º 610/2019, de 2 de agosto, veio aprovar o Regulamento dos Serviços das Redes Inteligentes de Distribuição de Energia Elétrica (RSRI), A DGEG tomou a iniciativa de promover algumas reuniões de debate com ERSE, comissões técnicas e empresas relevantes do setor (projetistas, TR, fabricantes de equipamentos, entre outros). No caso de desconhecimento, remete-se para: <https://dre.pt/home/-/dre/146924532/details/maximized>

57.1.1. O que está em causa e pretendido não é proteção contra as sobreintensidades (sobrecargas e curto circuitos) – pretende-se o cumprimento e dever do distribuidor de energia de garantir a continuidade da proteção diferencial na instalação elétrica.

Deste modo, no seguimento da consulta (<https://dre.pt/home/-/dre/146924532/details/maximized>) a DGEG alega um cumprimento ao ORD:

“O artigo 24.º do RSRI prevê a remoção dos Dispositivos de Controlo de Potência (DCP), faltando definir os termos da sua remoção aquando da substituição do contador de energia atual por um contador inteligente (substituição do contador), promovida pelo Operador da Rede de Distribuição em Baixa Tensão (ORD BT).

Em complemento ao artigo 25.º do RSRI, relativo ao controlo da potência contratada em instalações trifásicas, devem ser definidas regras para salvaguardar a segurança de pessoas e bens.”

Assim, para assegurar a manutenção do nível de proteção das instalações elétricas e a eficiência das operações remotas que os novos contadores inteligentes permitem, determino que:

1

a)...

b)...

b.i)

b.i.i)

c) Em instalações novas ou remodeladas, as funções de corte geral, proteção contra as sobreintensidades e proteção diferencial devem ser asseguradas por equipamentos da propriedade do cliente, pelo que a instalação do contador inteligente dispensa a existência do DCP.”

2 - Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do RSRI relativo à salvaguarda da segurança de pessoas e bens, **as instalações coletivas** ou as entradas trifásicas, que entraram em exploração antes de 1 de janeiro de 2018, carecem de verificação da conformidade da ligação à RESP, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto.”

Vejamos então o que é solicitado no Artigo 4º DL 96/2017:

“Artigo 4.º Ligação à Rede Elétrica de Serviço Público e entrada em exploração

1 — A instalação elétrica só pode ser ligada à RESP ou entrar em exploração após obtenção de uma das seguintes declarações ou certificados, consoante o tipo de instalação a que respeitam:

b) Declaração de conformidade da execução ou termo de responsabilidade pela execução, subscritos por uma EI ou técnico responsável pela execução, nos seguintes casos:

b.i)...

b.i.i) Instalações elétricas do tipo C, quando de carácter temporário, ou em locais residenciais, neste caso desde que a potência da instalação seja igual ou inferior a 10,35 kVA;

c) Declaração de inspeção, emitido por uma EI/EL, nos termos do artigo 8.º, no caso de instalações elétricas de tipo A e do tipo C, não abrangidas pelas alíneas anteriores.”

Resumindo:

as instalações coletivas ou as entradas trifásicas, que entraram em exploração antes de 1 de janeiro de 2018, carecem de verificação da conformidade da ligação à RESP, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto.

Dentro do DL 96/2017, o Art.º 4, ponto 1, alínea b.i.i. – obriga inspeção aos serviços comuns – coluna montante por entidade EIIEI e uma declaração de conformidade da execução ou termo de responsabilidade pela execução, subscritos por uma EI ou técnico responsável pela execução.

Neste seguimento o ORD não tem legalidade de impor uma declaração sobre o balanceamento de potências porque neste processo o TREN2-BT tem a obrigação de entregar o Termo de Responsabilidade no âmbito do projeto existente, ora, se o projeto existente efetivamente não tem o balanceamento de potências como obrigação, não existe nenhuma regra, norma ou o que lhe queiram chamar que obrigue o TREN2-BT a responsabilizar-se, através de uma declaração (ilegal), por uma lacuna nas Regras (balanceamento de potências pormenorizado no projeto) ou incumprimento de profissionalismo do projetista. A Constituição Portuguesa concede ao TREN2 (cidadão) o direito à igualdade de proteção.

Mais, a DGEG afirma que este tipo de procedimento é apenas para as instalações elétricas que entraram em exploração antes de 1 de janeiro de 2018, mas o Despacho nº4 de 2018/01/16, atualmente, continua sem a inconformidade atribuída à ausência de balanceamento de potências pormenorizado nas instalações coletivas em sede de projeto.

Para terminar, o ORD tem a obrigação de conhecer, proceder e solicitar documentos no âmbito do DL 96/2017, logo, se o projeto de eletricidade (com balanceamento de potências) é obrigatório o ORD reconheceria que a declaração era perfeitamente desnecessária porque o que solicita está ou deveria estar no projeto de eletricidade.

Existe impunidade clara sobre os deveres que a DGEG está obrigada em colocar em vigor e não coloca, existe impunidade clara dos deveres que o ORD está obrigada em solicitar para devidamente proceder de acordo com o exposto no Édito n.º 235/2020 (<https://dre.pt/home/-/dre/146924532/details/maximized>).

Atenção que à data do Édito n.º 235/2020 - 14 de outubro de 2020. Todos os TREN2-BT em Portugal tem um conhecimento perfeito que inúmeras instalações elétricas em locais residenciais funcionam sem proteção diferencial e as que existem de acordo com o Édito n.º 235/2020 só protegem correntes residuais de 500mA.

Mais uma vez, não estaremos perante uma situação que demonstra claro desleixo das várias entidades pela segurança das pessoas?

58 – No seguimento do ponto anterior, recordo-me perfeitamente de questionar a Certiel - Associação Certificadora de Instalações Elétricas, sobre o assunto e obtive como resposta – ... a Certiel não pode atuar a esse nível, não se trata de algo relativo a certificações.

58. 1. – Pergunto, note-se a pergunta ainda é atual - porque se criou a(s) entidade(s) certificadora(s) com o objetivo claro de melhorar a segurança para o utilizador de energia elétrica se a mesma nada pode fazer para assegurar a continuidade da segurança?

A entidade certificadora foi revogada nos termos do DL 96/2017. Pretende-se que todos os atos a que ficam sujeitas as instalações sejam praticados no sistema de registo da DGEG: o SRIESP. Ver resposta à questão 28 (sobre acesso e exercício da atividade).

58.1.1. Mais uma a DGEG falha na definição das regras para salvaguardar as pessoas e bens porque limitou a intervenção da CERTIEL relativamente ao tipo de intervenção do ORD no âmbito de existir a possibilidade desta entidade de alterar as características de proteção das instalações elétricas. O exposto no “Édito n.º 235/2020”, vem tarde demais.

No seguimento do “Édito n.º 235/2020”, no ponto 2, a DGEG alega o artigo 4.º do DL 96/2017, a instalação elétrica do tipo C (potência da instalação seja igual ou inferior a 10,35kVA), só pode ser ligada à RESP ou entrar em exploração, Art.º 4, ponto 1, na alinha b) e na alinha ii), está claramente mencionado como requisito suficiente a emissão do termo de Responsabilidade pela execução (TRE) para o ORD proceder a ligação à rede. Não é mencionado nenhuma declaração de responsabilidade relativamente ao balanceamento de potências nem o direito regulamentar do ORD de solicitar ao TREN2 a declaração em causa.

Para terminar, perante esta situação é demonstrativo que o ORD continua a agir sem o controle devido:

- A DGEG deveria referenciar o local onde o TREN2 poderia apresentar falhas de segurança da responsabilidade do ORD, uma vez que as entidades EIIEEL continuam sem conseguir intervir.
- A DGEG no “ponto 6”, afirma que a declaração permite identificar e responsabilizar quem procede à alteração da instalação elétrica – é errado, no seguimento do DL 96/2017, Art.º 21, o que deveria identificar é o SRIESP, como várias vezes a DGEG alega em vários pontos (ver ponto 58), na forma de registo de todas as intervenções da coluna montante e sob um único projeto de eletricidade (o original na posse da administração do prédio) que poderá legalmente ser alvo de várias alterações pontuais em conformidade com o número de pedidos de alterações de trifásico para monofásico.
- O ORD com a solicitação da declaração em causa está a subestimar o TRE. Não é uma inconformidade? Mas deveria sê-lo.
- O procedimento correto, O ORD deveria solicitar ao projetista o projeto ou alteração ao projeto com o balanceamento de potências bem definido – é esta a forma correta de identificar e responsabilizar quem procede à alteração da instalação elétrica.
- posteriormente o TREN2 emitiria o TRE de acordo com o projeto(novo) ou com a alteração ao projeto.

60 - Pergunto, se as instalações elétricas seguissem ao longo da sua vida o mesmo princípio da sua origem, ou seja, o princípio da segurança, iríamos ter o mesmo número de incêndios(anexo H.5)?

[Todos os atos praticados nas instalações elétrica devem, ao longo da sua via útil, ser assumidos por quem tenha competência. A fiscalização está determinada no DL 96/2017.](#)

60.1. Também está determinado no DL 96/2017, Art.º 20, ponto 1, e nos termos da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro que a DGEG é responsável por assegurar o controlo da aplicação da disciplina do exercício das atividades de projeto, de execução e de inspeção das instalações elétricas e proceder ao seu acompanhamento, mas no seguimento do até aqui exposto a DGEG dá a sensação que anda à deriva para garantir a segurança de pessoas e bens.